

A DOMINAÇÃO IMPERIAL NO MUNDO ISLÂMICO: ENSAIO SOBRE OS MODELOS ESTATAIS DA ARÁBIA SAUDITA E SÍRIA E O ESTIGMA DOS COLONIZADORES.

Adriano Pedro Goudinho¹

Mônica Abdel Al²

RESUMO: Procurar-se-á entender os modelos estatais vigentes em dois países emblemáticos do mundo islâmico. A Arábia Saudita, berço do Islã, com sua monarquia teocrática e da Síria, sob a presidência de Bashar Al Assad e sua já longa e cruel guerra civil (desde 2011 até o presente). A par de se conhecer a estrutura estatal vigente, pretende-se verificar a dominação colonial sobre estes países, através da Inglaterra, França, na primeira metade do século XX e dos Estados Unidos da América, ao término da 2ª guerra mundial. Não é possível se esquecer ainda do componente religioso, o Islã, e o complexo de relações estabelecidas sobre paradigmas instáveis e posições ideológicas maniqueístas. E, deste modo, entender a situação dos habitantes destes dois países em face do domínio estrangeiro e a estrutura de poder construída a partir do avanço do capitalismo, com a exploração vertiginosa dos campos de extração de petróleo, a imigração de refugiados em massa, que impactou toda uma região do globo e que se viu, de repente, engolfada pela cultura do outro em contraposição aos fundamentos predominantemente religiosos dos seus respectivos Estados, que levam aos inafastáveis atritos. Conclui-se que há a existência de várias motivações e justificativas para o acirramento dos ânimos no Oriente Médio, como a exploração econômica, prevalência dos interesses do capital e a manutenção de poderes despóticos e deve-se salientar a importância de conhecer todas as manifestações do poder. O método de abordagem adotado foi o dedutivo e o procedimento foi o monográfico, mediante realização de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Islã, Antropologia Jurídica, Estado, Arábia Saudita, Síria.

ABSTRACT: It will seek to understand the state models in force in two emblematic countries of the Islamic world. Saudi Arabia, the cradle of Islam, with its theocratic and Syrian monarchy, under the presidency of Bashar Al Assad and his long and cruel civil war (from 2011 to the present). In addition to knowing the current state structure, it is intended to verify colonial domination over these countries, through England, France, in the first half of the twentieth century and the United States of America, at the end of the Second World War. It is not possible to forget the religious component, Islam, and the complex of relationships established on unstable paradigms and Manichaeian ideological positions. And, in this way, to understand the

¹Mestrando em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, Brasil. Pós-graduado, *lato sensu* em Direito Processual Civil na Universidade Castelo Branco. Membro do NUPEC/UNESC. E-mail: adrianogoudinho@gmail.com.

²Mestranda em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Criciúma, SC, Brasil. Pós-graduada, *lato sensu* em Tendências Contemporâneas do Direito na UNESC. Membro do NUPEC/UNESC. E-mail: monica22al@hotmail.com.

situation of the inhabitants of these two countries in the face of foreign domination and the power structure built from the advance of capitalism, with the dizzying exploitation of the oil fields, mass immigration of refugees, impacted a whole region of the globe and suddenly found itself engulfed by the culture of the other as opposed to the predominantly religious foundations of their respective states, which lead to unflagging frictions. It is concluded that there are several motivations and justifications for the agitation of the Middle East, such as economic exploitation, the prevalence of the interests of capital and the maintenance of despotic powers, and it is important to know all the manifestations of the power. The method of approach adopted was the deductive and the procedure was the monographic one, through the accomplishment of bibliographical research.

Keywords: Islam, Legal Anthropology, State, Saudi Arabia, Syria.

I. INTRODUÇÃO

A história da humanidade foi feita de dominações. Não há povo que não tenha em determinado período de sua história, sido dominada por outro, ou sofrido invasão. Pode-se afirmar que se trata de uma consequência da imobilidade ou sedentarismo do ser humano moderno em contraposição ao nomadismo dos seus antepassados pré-históricos. Então, é possível se dizer que o nomadismo perdeu parte de sua eficácia a mais de 8.000 anos atrás com os primeiros assentamentos humanos e, mais precisamente, com o surgimento da Suméria, no Oriente Médio (3.500 AEC³), que é reconhecida como a pioneira da civilização, pois conseguiu unir povos sob o signo de uma mesma autoridade, leis, deuses e mesma cultura (PHILLIPS, 1993, p. 7). Porém, ao mesmo tempo em que parte da humanidade começa a viver em agrupamentos mais ou menos definidos na aurora da humanidade, naturalmente encontrou na interação com os outros a inafastável fricção ou atrito.

Quanto mais o ser humano se mobilizava nas suas incipientes comunidades, paradoxalmente inculcia em si o receio do outro, do forasteiro, como se fosse possível destruir as bases ainda não tão sólidas de uma idílica sociedade, por estes elementos exógenos. Ainda que a história, de um modo geral, é contada a partir de grandes movimentos de massas, que produziram ruínas ou mesmo extinção de povos inteiros, como os fenícios, assírios, babilônios, hititas, etc., ou

³AEC – Antes da Era Comum. Pela natureza antropológica deste artigo, abandona-se o usual A.C., evitando-se a conotação cristã do marco cronológico. Deste modo, doravante, utilizar-se-á os acrônimos EC (Era Comum) e AEC (Antes da Era Comum).

seja, os eventos extraordinários, contudo, é possível se afirmar que os eventos ordinários é que marcaram a história contínua das civilizações auxiliando-as na construção das etapas posteriores.

Sem adentrar a fatos históricos mais específicos, é discernível entender que a contínua exploração do homem de seu ambiente (meio), além da busca incessante por novas áreas produtivas, fez com que predomínios políticos ou imperiais fossem estabelecidos por áreas adjacentes e também longínquas.

A longevidade e alcance dos impérios da antiguidade, reconhecidamente do Romano, do Grego e, posteriormente, do Otomano, demonstraram o quão profundo, inextricável e avassalador foi o domínio de diversos povos e civilizações sobre outros. Estes domínios, repisa-se, apresentam características em comum ou singularidades, como o desejo de ampliação dos espaços territoriais e o orgulho quase que inato (senão completamente) pelo que se é, pelo que se tem e pelos seus (reconhecidos culturalmente como iguais) em oposição ao estranho ou forasteiro.

Há o inefável sentimento, quase inebriante, de que as conquistas ou realizações do seu grupo de semelhantes não encontra par em outros grupos, ainda que as características civilizatórias, como edificações, regras de convivência, áreas públicas, etc., estejam presentes em quase todos os marcos paradigmáticos possíveis.

Dito isto, salienta-se que os países da Arábia Saudita e Síria estão localizados na região geopolítica denominada de “Oriente Médio” que para Visentini (2014, p. 5):

É a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (Egito, Suméria e Babilônia) e das religiões monoteístas (o cristianismo, o judaísmo e o islamismo). Entre os dois primeiros houve sempre uma disputa pela “verdadeira fé”.

Ambos sofreram sobre a enorme influência europeia, especialmente, da Grã-Bretanha e França, que na primeira metade do século XX se dividiram no controle de quase todo o Oriente Médio e posteriormente, a partir da segunda metade do século XX, com este papel sendo exercido de maneira ostensiva e claramente imperialista pelos Estados Unidos da América. Aliás, é possível a afirmação de que o colonialismo/imperialismo imposto pelos impérios europeus nesta região do planeta, após a primeira guerra mundial e com a abertura dos primeiros poços de petróleo, e após a segunda guerra mundial pelos Estados Unidos

da América, seja um dos grandes responsáveis pela reação do mundo islâmico ao Ocidente. Para Tamara Soon (2011, p. 152):

Os países europeus foram capturando o mundo islâmico através de uma combinação de estratégias, que incluíam a usurpação gradual do poder econômico, colocar um conquistador contra o outro, e iniciar campanhas militares sempre que necessário. Resultado: o domínio europeu completo só ficou aparente para a maioria dos muçulmanos quando já estava quase cristalizado.

Albert Hourani (2016, p. 419), apresenta um retrato vívido da expansão do domínio europeu no Oriente Médio, ao descrever:

Sem recursos conhecidos, tendo pouco laços com o mundo externo, e cercado de todos os lados pelo poder britânico, o Iêmen e a Arábia Saudita só podiam ser independentes dentro de certos limites. Nos antigos territórios otomanos, o único Estado realmente independente que emergiu da guerra foi a Turquia.

Noam Chomsky (2009, p. 192), em relação ao imperialismo ocidental, em especial o papel dos Estados Unidos da América, clama que:

Os mundos árabe e muçulmano têm uma longa história de tentativas de implantar a democracia e os direitos humanos, o mais das vezes barrados pela intervenção do imperialismo ocidental. Nos anos recentes, a força democratizante mais significativa é, provavelmente, a Al-Jazeera, como já observado, motivo pelo qual ela é tão desprezada pelas tiranias árabes e por Washington.

A leitura sem vieses ideológicos da gênese e posterior desenvolvimento dos Estados islâmicos não é tarefa fácil, pois em uma primeira análise sequer é possível se afirmar algo sem a presença da inafastável carga de pré-conceitos, em sentido lato, em segundo, há a história oficial contada pelos vencedores, o que também acarreta sérios problemas no que é concernente a fonte informativa. Portanto, ainda que com todos os cuidados necessários, este texto não está exime de equívocos. Neste sentido, oportuna a leitura de Eric Hobsbawm (2002, p. 14):

Mesmo o mundo que sobrevive ao fim da Revolução de Outubro é um mundo cujas instituições e crenças foram moldadas pelos que pertenciam ao lado vencedor da Segunda Guerra Mundial. Os que estavam do lado perdedor ou a ele se associavam não apenas ficaram em silêncio ou foram silenciados, como foram praticamente riscados da história e da vida intelectual, investidos no papel de o "inimigo" no drama de Bem *versus* Mal. Esse é um dos preços que se paga por viver num século de guerras religiosas, que têm na intolerância sua principal característica. Mesmo os que propalavam o pluralismo de suas não-ideologias acreditaram que o

mundo não era grande o bastante para uma coexistência permanente com religiões seculares rivais.

Portanto, com os cuidados necessários à análise do tema em discussão, é importante se conhecer as características dos dois países em destaque, o primeiro em razão da sua primazia religiosa, pois a religião islâmica nasceu na Arábia Saudita, sendo a cidade de Meca o local mais importante de peregrinação para os seguidores do Islã, e o segundo, em virtude do forte domínio francês, na forma de colonização, e a hedionda situação vivida por seus habitantes em pleno século XXI, com a maior onda de refugiados no planeta na atualidade, em virtude da guerra civil instalada.

II. A DOMINAÇÃO IMPERIAL

Arábia Saudita - A sua história confunde-se com a da sua família real. Com a criação do reino em 1932, por Abdul Aziz Ibn Saud, dá-se início ao domínio desta família até os dias atuais. As relações com a Grã-Bretanha começam desde a 1ª guerra mundial, quando em 1915, foi assinado o tratado de Darin⁴, e logo após, com a assinatura do Tratado de Jeddah, em 1927, que além de reconhecer a soberania de Abul Aziz sobre os Reinos de Hejaz e Nejd, permitiu a unificação de ambos e a criação do Reino da Arábia Saudita. Além disso, foi selado o acordo de respeito por parte do teocrata saudita, em relação às possessões britânicas na região.

Portanto, desde o início da existência do Estado moderno da Arábia Saudita é forte a presença do grande império ocidental do início do século XX e nos pós 2ª guerra mundial, papel que compete aos Estados Unidos da América.

Sendo um país com um pouco mais de 32.5 milhões de habitantes, em 2017⁵, é um Estado formalmente islâmico, conforme definido por sua constituição de 1992, revisada em 2013, nos seus artigos 1º e 7º.⁶ A sua população é composta de 85% sunitas e cerca de 15% xiitas.

⁴Tratado de Darin – Por este tratado, as terras de Saud, se tornaram um protetorado britânico e definiu suas fronteiras. Também contou com o acordo de Abul Aziz em entrar em guerra contra o Império Otomano, na qualidade de aliado dos britânicos.

⁵ Informação colhida no site do Banco Mundial em 30.01.2018.

⁶ Artigo 1º - O Reino da Arábia Saudita é uma Estado Islâmico Árabe soberano. Religião: Islã. Constituição: O sagrado Alcorão e as Sunnas (tradições) do Profeta. Língua: Árabe. Capital: Riad.

O termo *sunita* significa “o povo do caminho” (SARDAR, 2010, p. 33), ou o “povo da tradição e da comunidade” (ELIAS, 12011, p. 38), enquanto que *xiita* significa “seguidores” (SARDAR, 2010, p. 33). Estas duas divisões principais do islã apresentam contrastes significativos e quase irreconciliáveis, em que pese compartilhem o mesmo *alcorão* (o livro sagrado do islã) e seguirem a mesma *xaria* ou *sharia* (código legal islâmico).

Enquanto os *sunitas* rejeitam a ideia de um clérigo, os *xiitas*, grupo minoritário possuem um clero altamente organizado. Há equivalentes a bispos e até o papa – o grande aiatolá. (SARDAR, 2006, p. 33). Para os *sunitas*, “não há evolução positiva no mundo: cada geração está mais longe do último profeta e da sua revelação eterna, num processo de involução espiritual”, enquanto que, para os *xiitas*, estes “se tornarão os excluídos do islã, atraindo perseguições, humilhações e dores. Estas, porém, precisam ser assumidas. Como no catolicismo, o sofrimento é interpretado como expiação do pecado” (Demant, 2015, p. 222).

A análise perfunctória da constituição da Arábia Saudita e em suas práticas governamentais demonstra um Estado visceralmente ligado a um regime autocrático/teocrático e, claro, ditatorial, pois ligado a uma família, Al Saud, e seus descendentes desde sua existência oficial e, ainda, a uma versão rígida dos ensinamentos do Islã. Não obstante e paradoxalmente, é flagrante o papel de mediador numa região tão explosiva do planeta. Para Henry Kissinger (2016, p. 141):

No sin certa ironía histórica, entre los más importantes aliados de las democracias occidentales em todas esas revueltas había un país cuyas prácticas internas difieren casi por completo de las suyas: el reino de Arabia Saudí. Este há participado – a veces silenciosamente, pero siempre de modo decisivo entre bambalinas – em la mayoría de las más importantes tentativas regionales de seguridade desde la Segunda Guerra Mundial, cuando se alineó com los aliados.

Acrescenta, ainda:

Arabia Saudí es un reino árabe-islámico tradicional: vale decir, una monarquía tribal y una teocracia islámica. (...) Dentro de los límites de una cultura política extremadamente conservadora, los príncipes gobernantes han combinado la monarquía com um sistema de consenso que permite que los miembros lejanos de la extendida familia real participen de algún modo em

las decisiones y también han otorgado cierto grado de participación em la vida pública a los ciudadanos de a pie. (KISSINGER, 2016, pp. 142-144).

Deflui-se, portanto, ainda que não conclusivamente, que a cambiante e ambígua Arábia Saudita, por sua autocracia, se equilibra em pilares frágeis, ora limitando a modernização da sociedade, sob pena de sofrer mudanças no seu *status quo*, ora mantendo um 'purismo religioso' e deste modo não desagradando os seguidores do islã, em especial, os mais radicais e, em destaque, mantendo a lealdade com os Estados Unidos da América, seja por interesses econômicos, estratégicos ou militares.

A maioria dos habitantes desta nação do Oriente Médio assentado em enormes reservas de petróleo, ainda que exauríveis e notadamente emblemático para o Islã, vive a dura realidade de ter uma nação forjada a partir da conveniência de um grupo familiar, em disputas de sangue e que encontrou respaldo de potências estrangeiras, para seus intuitos egoísticos. Em face deste flagrante jogo de interesses geopolíticos, utiliza-se a religião como símbolo máximo da doutrinação do povo, impedindo a manifestação livre e o respeito pleno aos direitos humanos universais, sem que haja por parte do império dominante, Estados Unidos da América ou mesmo do Reino Unido, qualquer tipo de oposição ou espaço para o dissenso.

Nisso se inclui, também, a condição da mulher na Arábia Saudita, pois além de se ver às voltas com uma interpretação conservadora da fé islâmica, tem os seus direitos individuais cerceados pela estrutura de uma sociedade patriarcal e machista. Deve-se ressaltar, contudo, que o papel da mulher árabe/islâmica deve ser analisado dentro de um contexto sociológico/político em que a sua fé deve ser respeitada.

Nesse sentido, vide a opinião de Asma Lambaret (2016, p. 60):

Como mujeres musulmanas, tenemos el derecho de hacer una crítica constructiva de nuestras propias tradiciones misóginas, pero sin dejar de ser lo que somos dentro de nuestra comunidad. Tampoco vamos a avalar los mitos eurocéntricos de la emancipación, del humanismo y de un cierto feminismo que quiera hablar en nuestro nombre. Hay que iniciar un pensamiento crítico plural de feministas musulmanas a partir de esta "periferia" del mundo donde hablamos, vivimos y llevamos a cabo nuestras propias luchas.

Finalmente, verifica-se que a pujança econômica sustentada pela exploração do petróleo, resultando em enormes recursos financeiros, permite que a

família real distribua razoáveis recursos sociais a população, o que evita o descontentamento popular. É lícito se afirmar, então, que paradoxalmente, a riqueza da Arábia Saudita é um dos fatores que atrasam as mudanças sociais e evitam as revoltas (VISENTINI, 2014, p. 181).

Síria – A República Árabe da Síria, com quase 18.4 milhões de habitantes⁷, por seu turno, somente foi reconhecida independente em 1946, quando conseguiu se libertar do domínio francês. Diferentemente da Arábia Saudita assenta suas bases em um Estado democrático republicano, como se infere das redações dos artigos 1º e 2º:

1º - A República Árabe da Síria é um Estado democrático com plena soberania, indissolúvel e que não deve desmembrar qualquer parte de seu território e faz parte da pátria Árabe; O povo da Síria é parte da nação Árabe.

2º - O sistema de governo no estado deverá ser o sistema republicano; a soberania é um atributo do povo; e nenhum indivíduo ou grupo poderá reclamar soberania. A soberania deverá se basear no princípio do dever do povo pelo povo e para o povo; as pessoas exercitaram sua soberania dentro dos aspectos e limites descritos na Constituição.

Além do mais, traz uma novidade para um país árabe, a obrigação constitucional de seguir o Islã é somente do presidente da república, conforme descrito no art. 3º⁸, ao contrário de seus vizinhos. Apesar desta previsão não ter nada de original, pois na Argentina, até a reforma da constituição em 1983, também era necessário que o presidente da república professasse a fé cristã, conforme previsto no art. 73 da Constituição de 1853.

Ainda que independente desde o final da 2ª guerra mundial, a Síria passou por diversas tentativas de golpe de Estado. Em princípio foi estabelecida como uma república parlamentar, porém desde 1970 é uma república presidencialista que foi governada por apenas duas pessoas: Hafez Al Assad (entre 1970 até 2000) e Bashar Al Assad (de 2000 até o presente), que sucedeu seu pai após sua morte. Em suma, um estranho, mas nem tanto, caso em que uma

⁷Informação colhida no site do Banco Mundial – em 31.01.2018.

⁸Art. 3º - A religião do Presidente da República é o Islã. A jurisprudência islâmica será a principal fonte da legislação. O Estado deve respeitar todas religiões, e assegurar a liberdade de demonstração dos ritos desde que não prejudiquem a ordem pública. O status pessoal das comunidades religiosas deve ser protegido e respeitado.

república presidencialista com votação direta para presidente (art. 86 da constituição Síria⁹), tem a sucessão do falecido presidente sendo realizadas por seu filho que permanece no poder desde então.

Associado, então, a um domínio de uma nação europeia, França, durante a primeira metade do século XX, a instabilidade política, a perpetuação de uma mesma família por sucessão dinástica, desde os anos 1970, a diferença de fé entre a maioria islâmica sunita, cerca de 70% da população¹⁰, com o líder do governo, que pertence à minoria Alauita (cerca de 10%), têm-se o cenário quase perfeito para a eclosão de revoltas. A minoria Alauita ocupa praticamente todos os cargos no governo, portanto, é essencial para a sobrevivência dessas pessoas, a manutenção de Assad no poder (VISENTINI, 2014, p. 205).

A guerra instalada entre o Exército Sírio Livre, formado por desertores sírios instalados na Turquia, contra o governo da Síria, a partir de 2011, associado a outras entidades, algumas de grupos militantes radicais, como o ISIS, infelizmente, engolfou toda a Síria numa guerra fratricida e que gerou inúmeras mortes.

Não há, a princípio, uma solução pacífica no horizonte. As potências mundiais, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Rússia acusam-se mutuamente, ora por apoio aos extremistas, ora por apoio ao regime de Assad. No meio do conflito, uma leva impressionante de mortes (entre 250 a 330 mil) e refugiados em massa procurando abrigo em vários países do planeta. A guerra na Síria, como também no Iraque, pode implicar na desintegração do Estado (KISSINGER, 2016, p. 149), surgindo unidades tribais sem observação de regras formais, prevalecendo o uso da força como única lei.

O papel desempenhado pelos impérios do século XXI, bem como da ONU, até o momento, passa ora pela perplexidade de alguns poucos, interesses econômicos obscuros de outros, a visualização de um novo mapa geopolítico para conveniência dos demais e, infelizmente, a nauseante insensibilidade para com a vida humana. É o retorno ao estado da natureza de Hobbes? É possível que se pratique e, infelizmente se perpetue, em pleno século XXI, crimes contra a humanidade? Em virtude do cenário vivenciado pela Síria, parece que a resposta é positiva as duas perguntas.

⁹Art. 86 – O Presidente da República deve ser eleito diretamente pelo povo.

¹⁰ De acordo com o site da CIA – Central de Inteligência Americana, em 2018.

Motivos ensejadores do cenário apresentado e a ojeriza ao ocidente -

O interesse econômico dos impérios do Ocidente, num primeiro momento, Inglaterra e França, posteriormente, Estados Unidos, era centrado na produção de algodão, petróleo, mercados para produtos manufaturados (HOURANI, 2016, p. 420). E, também, tinham os interesses geopolíticos, como o de manter a posição da Grã-Bretanha como uma potência mediterrânea e mundial, a liberação do canal de Suez para a rota marítima para a Índia e o Extremo Oriente, etc.

A insidiosa e prepotente postura do Ocidente, por suas potências, em relação ao Oriente, no início da expansão imperialista naquela região do globo é vividamente ilustrada por Edward W. Said (2016, pp. 64-65), ao analisar o discurso de Arthur James Balfour¹¹, na Câmara dos Comuns, em Londres, 1910, sobre a situação do Egito:

Balfour não apresenta evidências de que os egípcios e as 'raças com que lidamos' apreciam ou mesmo compreendem o bem que lhes está sendo feito pela ocupação colonial. Não ocorre a Balfour, entretanto, deixar que o egípcio fale por si mesmo, já que é mais provável que qualquer egípcio disposto a falar seja o "agitador [que] deseja criar dificuldades", e não o bom nativo que faz vista grossa às 'dificuldades' da dominação estrangeira. E, assim, tendo resolvido os problemas éticos, Balfour volta-se por fim aos práticos. 'Se nos cabe governar, com ou sem gratidão, com ou sem a memória genuína e real de todos os males de que livramos a população [note-se que Balfour não menciona a perda ou ao menos o adiamento indefinido da independência egípcia] e sem uma imaginação vívida de todos os benefícios que lhe concedemos; se esse é o nosso dever, como deve ser cumprido? A Inglaterra exporta 'o que de melhor temos para esses países'.

Vê-se, então, que há contornos de perversidade ante o domínio econômico e a necessidade de se sustentar idiosincrasias nacionais. O capital estrangeiro, ávido por recursos, mergulha os seus tentáculos onde é possível e, quando encontra resistência, se une aos locais, manipuláveis, para dominar a situação, em nome do capital, que é a história da estratégia do colonialismo e do imperialismo.

A medida que se constrói uma nação, ainda que incipiente, a partir desses pressupostos, poder do capital estrangeiro e tiranos embevecidos pela opulência da riqueza produzida por esta pérfida, porém, rentável união, maior será o sentimento de revolta daqueles que associam ao Ocidente as suas mazelas

¹¹Político Inglês. Foi primeiro ministro do Reino Unido entre julho de 1902 e dezembro de 1905. Em 1910, era o líder da oposição no Parlamento inglês, vinculado ao partido conservador.

pessoais. Albert Memmi (2007, p. 28) traça um contundente, e irônico, retrato da situação desses déspotas:

O habitual humor dos dominados observou que os potentados só abandonam o poder em um caixão. Uma vez que não recebem o poder do povo, não estão submetidos às suas oscilações de humor, que são os percalços da democracia. E por que mudar, se eles provam seu valor todos os dias e prestam todos os serviços que se esperam deles? Eles jamais deixaram, depois de alguns golpes de estado, de manter a ordem que lhes permite enriquecer em paz.

Paulo Fagundes Visentini, professor titular da cadeira de direito internacional da UFRGS, apresenta um retrato dos movimentos políticos no mundo islâmico, desde os anos 1980, do seguinte modo:

Os movimentos políticos de caráter islâmico tiveram origem em grupos de perfil fascistizante como os Irmãos Muçulmanos desde o entre guerras. Esses movimentos foram apoiados pelos Estados conservadores, particularmente as petromonarquias, as quais, inclusive, legitimavam-se aos olhos da população como verdadeiras defensoras do “islã puro”, medieval. Tal apego ao islã servia para encobrir a aliança dos monarcas com o Ocidente e o caráter socialmente conservador daqueles. (VISENTINI, 2014, p. 65)

Ainda que não seja o único motivo, a maneira como foi imposto o domínio Ocidental nos países do Oriente Médio, em particular, através do onipresente domínio do mercado, que apresentou ao Oriente os valores ocidentais atrelados preferencialmente ao consumo e a parcimônia de líderes locais para com a riqueza em proveito próprio em detrimento da defesa dos povos oprimidos e da cultura local, selou de modo quase inexpugnável o sentimento de frustração dos povos colonizados e a sua (quase) ojeriza ao Ocidente e aos seus valores.

Peter Demant (2015, p. 99), apresenta um vívido retrato do fracasso do imperialismo quando diz: “A história do Oriente Médio muçulmano nos últimos sessenta anos é a história do fracasso do desenvolvimento. A descolonização, meramente formal, nunca se desdobrou em emancipação política, social, econômica e cultural das populações”. O amálgama do capital, que não precisa saber quem é o pai ou padrasto, com a tirania, é praticamente inquebrantável. Associado a isto, a religião dominante, através de seus líderes espirituais, se apega a uma volta ao passado, aos tempos de Maomé, como se fosse possível, para manter uma intrincada e justificada relação entre religião e Estado, oportunizando aos governos estabelecidos a perpetuação.

Ainda que se possa citar exemplos como o Iraque de Saddam Hussein, o Egito da irmandade egípcia, a Líbia de Muamar Kadafi ou o Afeganistão dos talibãs, todas as revoltas nestes países tiveram a participação direta ou indireta dos Estados Unidos da América. Aliás, sarcástica a opinião de Chomsky (2006, p. 90) sobre a participação americana nestes eventos: “Quando os inimigos cometem crimes, são crimes. Na verdade, podemos exagerar e mentir a seu respeito com absoluta impunidade. Quando nós cometemos crimes, eles não aconteceram”. Portanto, o espaço para a oposição de ideias, para a livre manifestação e para se governar o país a partir de uma base popular, parece ainda ser uma ilusão para os povos do Oriente Médio.

Por outro ângulo, a falsa percepção dos povos do ocidente sobre a riqueza do Oriente e uma possível opulência de suas populações nativas é apresentada por Hourani (2016, p. 570), quando dimensiona o papel do capital nos países do Oriente Médio e seus diletos favorecidos:

Os beneficiários do crescimento foram no primeiro caso os membros dos grupos dominantes, oficiais do exército, autoridades do governo dos mais altos escalões, técnicos, homens de negócios empenhados na construção, importação e exportação, ou indústrias de consumo, ou tendo alguma ligação com empresas multinacionais.

Como se definir o papel das potências imperiais? São os Estados Unidos da América e anteriormente a Grã-Bretanha e a França, as únicas responsáveis pela manutenção desses Estados opressores? Compete a algumas nações do globo, mais do que as outras, ditar o rumo dos acontecimentos? É uma resposta difícil, pois como se disse no início deste ensaio a história de dominação não é recente e tende a ser recorrente.

Para Chomsky (2006, p. 62): “Se definirmos ‘Estado malévolo’ em termos de qualquer princípio, como a violação do direito internacional, agressão, atrocidades ou atentados aos direitos humanos, sem dúvida os Estados Unidos se incluem nessa categoria”. Aliás, ele também inclui nesta categoria, os parceiros diletos, Grã-Bretanha e França.

O fato é que, então, desde que a *Standard Oil* da Califórnia, Estados Unidos, por volta de 1930 pediu permissão para a exploração de petróleo na Arábia Saudita (LEWIS, 2004, p. 121), o capital, através das multinacionais e sob a proteção de suas respectivas nações, tem conduzido a política dos países do

O Oriente Médio, mantendo no poder aqueles que possuem laços estreitos com os ganhos.

Os atentados terroristas, vistos por parte do Ocidente como uma manifestação do caráter belicoso da religião do Islã ou de seus seguidores, pode ser, por outro vértice, um quadro de revolta dos colonizados ou daqueles povos que permanecem sob a tutela de opressores, na forma de chefes de Estado. Enfim, praticamente todas as perguntas levam a várias respostas, algumas conflitantes entre si. É necessário, no mínimo, conhecer os diversos cenários.

III. CONCLUSÃO

O assunto abordado neste ensaio comporta uma série de elementos que ultrapassa os limites restritos da natureza deste trabalho. Há inúmeras complexidades e argumentações que levam a armadilha do simplismo ou percepção descurada do tema. O argumento fácil de que os impérios *de per si* resultam nos problemas hoje vivenciados no Oriente Médio e aliás, por praticamente toda a história civilizatória das nações que o integram, pode explicar, porém, não servirá como solução. Como relatado, a intervenção direta ou mesmo indireta, no caso da influência cultural, de alguns países sobre outros é fato devidamente registrado pela história.

Não há, parece, como ser diferente. Nos dias atuais, por exemplo, há nos Estados Unidos da América a divulgação incessante pela mídia da participação decisiva da Rússia na eleição do republicano Donald Trump. É bem possível que somente em livros de ficção pudesse se trabalhar com a hipótese de que a Rússia, com sérios problemas financeiros, pudesse intervir nas eleições na maior nação do planeta e que mantém o controle hegemônico do poderio armamentista no globo. Então, uma das associações lógicas da narrativa, é o Poder! Há a perceptível visualização de uma formatação dos Estados aqui relacionados, Arábia Saudita e Síria, com uma autocracia, no primeiro caso sem qualquer pudor e no segundo travestida de uma república presidencialista que, porém, onde a mesma dinastia e os seguidores de sua seita religiosa são os diletos ocupantes do trono (ou assento presidencial). O Oriente Médio parece assentado num barril de pólvoras ou pior, em

um vulcão recentemente adormecido que irrompe de tempos em tempos, em períodos cada vez mais próximos.

A primavera árabe, a partir do Egito, despertou a angústia de povos oprimidos pelo Estado/religião, mas também oportunizou o surgimento de grupos extremistas que, em nome de uma interpretação da fé islâmica bastante questionável, espalham o terror e procuram tomar o poder daqueles que não são mais tão diletos aos olhos do Império. Os impérios, Grã-Bretanha, França, Alemanha e especialmente os Estados Unidos da América, em nome de uma argumentativa estabilidade geopolítica, ora fazem 'vistas grossas' ao descaso para com os direitos humanos ora, em nome do capital e proteção as áreas produtivas do globo, intervém militarmente, derrubando antigos aliados. Conhecer um pouco dos aspectos que regem os Estados autoproclamados islâmicos, aqui apresentados, permitiu senão o aprofundamento do tema, ao menos observar categorias argumentativas diversas, como a exploração econômica, prevalência dos interesses do capital e a manutenção de poderes despóticos.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. População da Síria. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/syrian-arab-republic>> Acessado em: 10 de maio de 2018.

BANCO MUNDIAL. População da Arábia Saudita. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/country/saudi-arabia>> Acessado em: 10 de maio de 2018.

CIA – Central de Inteligência Americana. Religião na Síria. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/sy.html>> Acessado em 10 de maio de 2018.

CHOMSKY, Noam. Estados fracassados: o abuso do poder e o ataque à democracia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CHOMSKY, Noam. Ambições imperiais: o mundo após 11/9. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

CONSTITUTE PROJECT. Constituição da República Árabe da Síria. Artigos 1º, 2º e 3º. Disponível em: <<https://www.constituteproject.org/>>. Acessado em 10 de maio de 2018.

CONSTITUTE PROJECT. Constituição da Arábia Saudita. Arts. 1º e 7º. Disponível em <<https://www.constituteproject.org/>>. Acessado em 10 de maio de 2018.

CONSTITUIÇÃO DA ARGENTINA DE 1853. Artigo 73. Disponível em: <<http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/laws/es/ar/ar147es.pdf>>. Acessada em 10 de maio de 2018.

DEMANT, Peter. O mundo muçulmano. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2015.

ELIAS, Jamal. Islamismo. Lisboa:Edições 70, 2011.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOURANI, Albert. Uma história dos Povos Árabes. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LAMBARET, Asma. El velo (hiyab) de las mujeres musulmanas: entre la ideología colonialista y el discurso islámico: una Vision decolonial. *In*: GROSFOGUEL, Ramon (org). Feminismo Islâmico. Caracas: Fundacion editorial elperroylarana, 2016.

LEWIS, Bernard. A crise do islã: guerra santa e terror profano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

MEMMI, Albert. Retrato do descolonizado árabe-muçulmano e de alguns outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

PHILLIPS, Ellen. História em revista. A evolução das cidades. São Paulo: Time Life, 1993.

SAID, Edward W. Orientalíssimo: o Oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

SARDAR, Ziauddin. Em que acreditam os muçulmanos? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SOON, Tamara. Uma breve história do islã. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

VISENTINI, Paulo. O grande oriente médio: da descolonização à primavera árabe. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.